



A questão do desenvolvimento socioeconômico da Região Norte

A Região Norte apresenta indicadores de desenvolvimento socioeconômico inferiores à média nacional e, nesse sentido, a temática do desenvolvimento regional tem grande relevância para o controle externo, na medida em que a Constituição Federal elencou como um dos objetivos fundamentais da República a redução das desigualdades sociais e regionais.

Ademais, grande parte do bioma Amazônia, que desperta interesse mundial, está presente na Região Norte, aumentando, assim, o interesse na busca do desenvolvimento sustentável da região. Afinal, a conciliação da promoção do desenvolvimento econômico com o uso sustentável dos recursos naturais, viabilizando inclusão social e distribuição de renda, resultando na melhoria da qualidade de vida da população, tornou-se o maior desafio a ser enfrentado pela humanidade.

Objetivo da fiscalização

O relatório sistêmico realizado pelo Tribunal destinou-se a levantar informações sistêmicas e integradas concernentes ao desenvolvimento sustentável da Região Norte, bem como suas potencialidades e entraves, como suporte para o planejamento das ações de controle do TCU.

Buscou-se, também, apresentar ao Congresso Nacional, a suas Comissões e Casas Legislativas, aos gestores da política de desenvolvimento regional e das políticas públicas em geral e, sobretudo, ao cidadão os desafios para o desenvolvimento da Região Norte, sob a ótica dos estados integrantes da região, apresentados de forma agrupada e associados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que integram a "Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável", aprovada pelos líderes de Governo e de Estado reunidos na sede das Nações Unidas em setembro de 2015, de modo a contribuir com suas ações de planejamento.

O relatório sistêmico decorre de levantamentos realizados nos sete estados da Região Norte, além de informações complementares. A partir dos desafios mapeados, selecionaram-se os que são comuns para a maioria dos estados da região, realizou-se análise SWOT, elaborou-se matriz de risco e Diagrama de Verificação de Risco (DVR). Realizou-se, em Belém/PA, o Diálogo Público – Amazônia Sustentável: Desafios para o Desenvolvimento Econômico,

destinado aos gestores da administração pública federal, estadual e municipal, auditores, setor produtivo, sociedade civil organizada, acadêmicos, entre outros. O evento reuniu governadores, vice-governadores, ministros de estado e representantes de órgãos técnicos que participaram de cinco painéis de discussão, mediados por autoridades do TCU. Para validação da análise Swot e da matriz de risco dos desafios comuns e consolidação das propostas de ações de controle a serem adotadas pelo TCU, realizou-se, em Belém, painel de referência, que contou com a participação de auditores do TCU, técnicos do TCE/RR, da Prefeitura Municipal de Belém/PA, do Banco da Amazônia, da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e, também, de pesquisadores do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), da Universidade Federal do Amazonas (Ufam) e do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat), que integraram o debate e apresentaram importantes contribuições. As sugestões de melhorias foram agregadas ao relatório.

Principais desafios mapeados pelo do TCU

Com base nos exames efetuados, levantaram-se os principais desafios para o desenvolvimento da Região Norte.

- Baixa integração entre os diversos planos e órgãos voltados para o desenvolvimento regional e a redução das desigualdades. O Brasil dispõe de diversos planos de desenvolvimento regional, porém nem todas as ações previstas nesses planos estão contempladas nos planos plurianuais federal e estadual, o que compromete a eficácia da execução e, via de consequência, acaba por não contribuir efetivamente com a redução das desigualdades sociais e regionais.
- Insuficiência de políticas públicas capazes de conter o desmatamento na Amazônia, o que é preocupante, porque, junto com o avanço da destruição dos recursos naturais e de sua biodiversidade, há o comprometimento, também, das oportunidades de desenvolvimento regional, com geração de emprego e renda.
- Saneamento básico inadequado, que, na Região Norte, apresenta os piores resultados, segundo dados

constantes do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), considerando o ano de 2015 como referência.

- Regularização fundiária precária, cuja morosidade e precariedade nos processos militam em desfavor do crescimento sustentável do setor primário.
- Logística de transporte deficiente: a Região Norte possui a menor extensão rodoviária do país, com apenas vinte mil quilômetros de estradas federais e estaduais pavimentadas, e o modal hidroviário apresenta deficiências nas estruturas de apoio.
- Má qualidade dos serviços de telecomunicações e de acesso à internet, o que representa entrave à realização de negócios, ao acesso ao conhecimento e, portanto, à interiorização do desenvolvimento sustentável, com capacidade de geração de emprego e renda.
- Oferta de energia irregular e de má qualidade, que limita e, por vezes, impede o desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis, em especial, no interior da Região Amazônica.
- Dificuldade de formar e fixar profissionais com alto nível de qualificação e de contratar mão de obra qualificada; há poucas pesquisas para desenvolver tecnologia voltada para produtos regionais de interesse do mercado.
- Falta de segurança em áreas de faixa de fronteira.

Deliberações do TCU

O TCU concluiu pela necessidade de elaboração conjunta, pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) e pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), de plano de ação que contemple medidas tendentes a assegurar os instrumentos necessários para a solução das questões nas áreas de pessoal e de orçamento, de modo a viabilizar o pleno desempenho institucional daquela autarquia na finalidade para a qual foi criada. Na mesma linha, expediu determinação conjunta ao Ministério da Integração Nacional e à Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). O TCU também recomendou à Casa Civil da Presidência da República, ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP) e ao Ministério da Integração Nacional que analisassem a conveniência e oportunidade de criação de uma Rede de Gestão Compartilhada entre as instituições responsáveis pelo desenvolvimento regional, tais como Sudam/Basa, Suframa e representantes da sociedade civil, para alinhamento e otimização das ações. Houve, ainda, determinação de realização de outras auditorias pelo próprio Tribunal. Por fim, foram notificados do teor do acórdão vários

outros órgãos, como as comissões temáticas pertinentes do Congresso Nacional, os governos dos estados do Acre, do Amapá, do Amazonas, do Maranhão, de Mato Grosso, do Pará, de Rondônia, de Roraima e de Tocantins, bem como suas Assembleias Legislativas.

Benefícios esperados

Apontam-se, como benefícios de controle, impactos sociais positivos, uma vez que a discussão sobre os desafios locais – potencialidades e entraves – para o desenvolvimento sustentável da Região Norte trazidos neste relatório sistêmico pode contribuir para o planejamento dos governos federal e estaduais, bem como a priorização de ações de governo em que o TCU irá atuar com foco na região, por conseguinte, pode colaborar com a melhoria da qualidade de vida da população residente na Região Norte.

DADOS DA DELIBERAÇÃO

Acórdão: 2.388/2017-TCU-Plenário
Data da sessão: 25/10/2017 – Ordinária
Relator: Ministro Marcos Bemquerer
TC: 031.699/2016-2
Unidade Técnica Responsável: Secex-AM